(11)

(12)

(13)

(14)

(15)

5. A lei admite a nomeação em concursos públicos e a conseqüente posse dos aprovados, dentro do prazo vedado por lei, considerando-se a ressalva apontada. Caso isso não ocorra, a nomeação e conseqüente posse dos aprovados somente poderão acontecer após a posse dos alaitos.

eleitos.

6. Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período.

7. Consoante exceções enumeradas no inciso V, art. 73, as proibições da Lei 9.504/97 não atingem as nomeações ou exonerações de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; as nomeações para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; as nomeações ou contratações necessárias à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo e as transferências ou remoções ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários. agentes penitenciários.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Fernando Neves, Luiz Carlos Madeira e o Dr.

Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 8 de junho de 2004.

21.815 - CONSULTA N° 1.090 - CLASSE 5^a - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator : Ministro Fernando Neves Consulente : João Almeida, deputado federal.

Ementa:

Consulta. Não-conhecimento. Caso concreto.

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Fernando Neves, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 8 de junho de 2004.

Superior Tribunal de Justiça

PRESIDÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

ATA Nº 2933 DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE JULHO DE 2004

Presidente: O Exmo. Sr. Ministro EDSON VIDIGAL Coordenadora: Maria Aparecida do Espírito Santo

Às 16:00 horas, no Gabinete da Presidência, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:_

(1) REVISÃO CRIMINAL Nº 823 - RJ (2004/0096513-5)

REQUERENTE : ERICK DE OLIVEIRA MACHADO (PRE-

REQUERIDO JUSTIÇA PÚBLICA

MINISTRO NILSON NAVES - TERCEIRA RELATOR

SECÃO

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

REVISÃO CRIMINAL Nº 824 - SP (2004/0096515-9)

REQUERENTE : NELSON ANTUNES DE LEMOS (PRESO)

REQUERIDO JUSTIÇA PÚBLICA

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA -RELATOR

TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

REVISÃO CRIMINAL Nº 825 - SP (2004/0096517-2)

REQUERENTE : LUÍS CARLOS DOS SANTOS (PRESO)

: JUSTIÇA PÚBLICA REOUERIDO

MINISTRO PAULO MEDINA - TERCEIRA RELATOR

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

REVISÃO CRIMINAL Nº 826 - SP (2004/0096890-1)

REQUERENTE : WAGNER CANO (PRESO)

: JUSTIÇA PÚBLICA REQUERIDO : MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA RELATOR

TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE (5) SUSPENSÃO DE SEGURANCA Nº 1385 - AL (2004/0095380-2)

Diário da Justiça - Seção 1

: MUNICÍPIO DE CORURIPE REQUERENTE

PROCURADOR : OTONIEL LEOCÁDIO VIEIRA E OUTROS TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE REOUERIDO

ALAGOAS

IMPETRANTE : ADAIR GAMA ROLEMBERG E OUTROS ADVOGADO : LUCIANA TENÓRIO SILVA SARMENTO : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ RELATOR

Processo registrado em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 1386 - CE (2004/0096524-8)

: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO REOUERENTE CEARÁ - CAGECE

ADVOGADO : ANTÔNIO CLETO GOMES E OUTROS REQUERIDO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRI-BUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

CEARÁ

IMPETR ANTE : RUI BASÍLIO GONCALVES : JOSÉ OLIVEIRA ARAGÃO ADVOGADO : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ RELATOR

INTERES

(2)

(3)

(4)

ADVOGADO

Processo registrado em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(7) RECLAMAÇÃO Nº 1643 - PB (2004/0095423-0)

RECLAMANTE : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB

RECLAMANTE VITAL DO REGO FILHO

ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS E ADVOGADO

RECLAMADO : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRI-

BUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PA-

: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT - DIRETÓRIO ESTADUAL DA PA-RAÍBA

: EDWARD JOHNSON GONÇALVES DE

ABRANTES E OUTRO RELATOR MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRI-

MEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 05/07/2004 CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

RECLAMAÇÃO Nº 1644 - RS (2004/0096337-8)

RECLAMANTE : COOPERATIVA AVICOLA VALE DO TA-QUARI LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL

: WERNER CANTALÍCIO JOÃO BECKER E ADVOGADO

: DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RECLAMADO

RIO DE JANEIRO INTERES. : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVI-MENTO DO EXTREMO SUL- BRDE

ADVOGADO OVÍDIO ARAÚJO BAPTISTA DA SILVA E OUTROS

MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEI-RELATOR RO - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 05/07/2004 CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

RECLAMAÇÃO Nº 1645 - DF (2004/0096849-3)

RECLAMANTE : AMÁLIA CESPEDES ROSAS RECLAMANTE

CECÍLIA ALVES DA SILVA CLEOMAR DA SILVA MUNIZ REPR.POR RECLAMANTE ELIVANDA FERREIRA DA SILVA RECLAMANTE MARIA DAS DORES DE SOUZA RECLAMANTE MARIA DE LOURDES BEZERRA RECLAMANTE MARIA NONATA DE SOUZA

REPR.POR ENEIDO LIMA ARAÚJO RECLAMANTE SEMIRAMIS OLIVEIRA COLLYER REPR.POR HELENICE COLLYER NEVES

ADVOGADO PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COÊ-COORDENADORA GERAL DE PROCEDI-RECLAMADO

MENTOS JUDICIAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

RECLAMADO SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

INTERES. : UNIÃO

: MINISTRO NILSON NAVES - TERCEIRA RELATOR

SEÇÃO

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE PETIÇÃO Nº 1892 - PR (2002/0106208-0)

REQUERENTE : ELOAH MEY BONIN ZOCOLLOTTI ADVOGADO CARLOS ALBERTO PEREIRA

REQUERIDO : JAIME LERNER

RELATOR MINISTRO PAULO GALLOTTI - CORTE

Atribuição em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

PETIÇÃO Nº 2481 - RS (2003/0160940-4)

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO

RIO GRANDE DO SUL

REQUERIDO ALCEU DE DEUS COLLARES NEUZA CELINA CANABARRO ELIZEIRE REQUERIDO ADVOGADO : ÂNGELA CRISTINA VIERO E OUTROS REQUERIDO : LIBERO PUBLICIDADE E ASSESSORIA

REQUERIDO FRANCISCO MÁRIO ANDREASSI DE AL-BUQUERQUE

CARI NERI BORGES E OUTRO ADVOGADO

REQUERIDO : ANA LIA DUARTE IBARGOYEN ADVOGADO ODIR ODILON PINTO DA SILVA E OU-

: MARLENE LUCAS CEZIMBRA REQUERIDO : ELCI GODOI POITEVIN ADVOGADO

: DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS REQUERIDO

SANTOS ADVOGADO : DILMA DE SOUZA E OUTRO REQUERIDO : ROSELLA BRUXEL CORREA

ADVOGADO : ODIR ODILON PINTO DA SILVA E OU-RELATOR : MINISTRO PAULO GALLOTTI - CORTE

ESPECIAL

Atribuição em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

MEDIDA CAUTELAR Nº 2826 - SP (2000/0049273-6)

REQUERENTE · CECÍLIA ATTA KASSOLIE

: MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA E ADVOGADO OUTROS

REQUERIDO GEORGES KASSOUF

MINISTRO JORGE SCARTEZZINI - QUAR-

Atribuição em 05/07/2004

RELATOR

(8)

(9)

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

ACÃO RESCISÓRIA Nº 2892 - SP (2003/0153387-7)

AUTOR : ANGELINA ROSA LEONETTI LOPES ADVOGADO : IDA REGINA PEREIRA LEITE E OUTROS

RÉU INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SO-CIAL - INSS : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA -RELATOR

TERCEIRA SEÇÃO

MINISTROS MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO FE-QUE NÃO CON-CORREM LIX FISCHERMINISTRO GILSON DIPPMI-NISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Atribuição em 05/07/2004.

CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3133 - SP (2004/0091115-0)

AUTOR : EUNICE DA SILVA

ADVOGADO PORFIRIO LEÃO MULATINHO JORGE E

RÉU

RELATOR : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA -

TERCEIRA SECÃO

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3136 - CE (2004/0093545-0) AUTOR : VALTER VIEIRA DE SOUZA

ADVOGADO : JOSÉ CARNEIRO FERNANDES E OUTRO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS RÉU

RELATOR : MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO -TERCEIRA SEÇÃO

MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO FE-MINISTROS QUE NÃO CON-CORREM LIX FISCHERMINISTRO GILSON DIPPMINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Distribuição automática em 05/07/2004. CONCLÚSÃO AO MINISTRO RELATOR